

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.081 - MS (2019/0116141-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
AGRAVANTE : **MARCOS DIAS DA COSTA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. DOSIMETRIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2.º, INCISOS I E III, DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DO VETOR DA PERSONALIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA COM BASE NOS ANTECEDENTES CRIMINAIS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 568 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS DIAS DA COSTA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal (Apelação n.º 0004501-67.2012.8.12.0001).

Consta dos autos que o Agravado foi condenado à pena de 11 (onze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de homicídio qualificado, nos termos do art. 121, § 2.º, incisos I e III, do Código Penal (fl. 903).

Interposto recurso de apelação pela Defesa, o Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao apelo tão somente para conceder a gratuidade judiciária (fl. 1.040).

Nas razões do recurso especial, em suma, sustenta-se o afastamento da circunstância judicial da personalidade do agente.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial, motivo pelo qual subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça por intermédio do presente agravo, em que o Agravante pugna pelo acolhimento da insurgência, a fim de que seja admitido e provido o recurso excepcional (fls. 1.096-1.118).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do agravo,

em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 1.150; grifos diversos do original):

"ARESP. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PENA DE 11 ANOS DE RECLUSÃO, NO REGIME FECHADO. RÉU MULTIREINCIDENTE. UTILIZAÇÃO DE PARTE DAS CONDENAÇÕES ANTERIORES PARA AUMENTAR A PENA-BASE E OUTRA PARTE PARA CONSIDERAR COMO REINCIDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA DO BIS IN IDEM. ENTENDIMENTO PACÍFICO DO STJ. SÚMULA Nº 83/STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. Parecer pelo desprovimento do agravo em recurso especial."

É o relatório.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, portanto, comporta conhecimento, razão pela qual passo ao exame do recurso especial, que **merece provimento por ambas as alíneas** do permissivo constitucional indicadas.

Na hipótese em apreço, acolhendo o veredicto condenatório do Conselho de Sentença, o Juiz Presidente do Tribunal do Júri individualizou a pena nos seguintes termos (902-903; sem grifos no original):

*"Atento aos termos do art. 59, do Código Penal, concluo ser inerente a esse delito sua alta reprovabilidade; haver registro de antecedentes criminais (f. 837 - autos n. 0062924-25.2009.8.12.0001); nada nos autos quanto à conduta social; **possuir personalidade voltada à prática de crimes, como demonstram seus antecedentes, inclusive os que caracterizam reincidência delitiva**; ter-se motivado pelo intuito de 'promover justiça com as próprias mãos' em razão de dívida de valor; consequências gravíssimas, inerentes a este delito, ante a irreversibilidade do resultado morte; não ter a vítima contribuído para o desiderato; e, observando o disposto no art. 68, do mesmo diploma legal, **fixo a pena-base, consideradas as 2 (duas) qualificadoras, em 16 (dezesseis) anos de reclusão**; que, com a atenuante da confissão espontânea, reduzo-a em 6 (seis) meses, para 15,5 (quinze e meio) anos de reclusão; que com a agravante da reincidência (fls. 833/834 - autos n. 0008493-75.2008.8.12.0001 e 0012477- 96.2010.8.12.001), aumento-a em 6 (seis) meses para cada reincidência, para 16,5 (dezesseis e meio) anos de reclusão; que, com a causa de diminuição do art. 14, da Lei n. 9.807/99, reduzo-a em 1/3 (um terço), para 11 (onze) anos de reclusão; que, sem causa de aumento, torno-a definitiva, justificando a redução da pena em sua fração mínima, quanto à causa de diminuição de pena reconhecida pelo Conselho de Sentença, pelas oscilações do ora*

condenado em seus interrogatórios, inclusive, em plenário, mencionando não se recordar da conduta do acusado Paulo na cena do crime. O regime inicial de cumprimento de pena do condenado será o fechado (Lei 8.072/90, art. 2º, c/c art. 33, § 2º, alínea 'a', do Código Penal)."

O Tribunal *a quo*, por sua vez, no que interessa ao feito, lançou a seguinte fundamentação (fls. 1.036; sem grifos no original):

"[...] não há qualquer empecilho para que os registros criminais dos apelantes sejam valorados como indicativos da personalidade ruim dos sentenciados, porquanto capazes de evidenciar a sua inerente agressividade, perversidade, sobretudo, a sua tendência ao desrespeito da ordem jurídica."

Como é sabido, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados todos os critérios estabelecidos no art. 59 do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime.

No *caput* do art. 59 do Código Penal, com redação dada pela Lei n.º 7.209/1984, o legislador estabeleceu oito vetores para individualização da pena: a culpabilidade; os antecedentes; a conduta social; a personalidade do agente; os motivos; as circunstâncias; as consequências do crime; e o comportamento da vítima.

No que diz respeito ao vetor da **personalidade do agente**, conquanto sua valoração negativa não dependa de laudo técnico, firmado por profissional da área de saúde mental, mas tão somente da análise pelo próprio sentenciante sobre a existência de dados concretos que demonstrem a maior periculosidade do agente, **esta Corte Superior proclama que as condenações anteriores transitadas em julgados justificam a exacerbação da pena-base exclusivamente sob a vertente de maus antecedentes, isto é, sendo inidônea a aferição de tais elementos para concluir-se pela personalidade do agente voltada a prática criminosa.** Exemplificativamente:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. LESÃO CORPORAL GRAVE. EXAME PERICIAL COMPLEMENTAR. PRESCINDIBILIDADE. OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. DOSIMETRIA DA PENA. VALORAÇÃO NEGATIVA. PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. ILEGALIDADE. REGIME INICIAL FECHADO. RÉU REINCIDENTE. MAUS ANTECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM PARCIALMENTE

Superior Tribunal de Justiça

CONCEDIDA.

[...]

4. *A existência de condenações anteriores não se presta a fundamentar a exasperação da pena-base no tocante à conduta social e à personalidade do acusado.*

[...]

7. *Ordem de habeas corpus parcialmente concedida.* (HC 495.722/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe de 11/06/2019; sem grifos no original.)

Desse modo, havendo três circunstâncias judiciais valoradas negativamente pelas instâncias ordinárias (qualificadora sobejante do motivo torpe, maus antecedentes e personalidade do agente) para estabelecer a pena-base em 16 (dezesseis) anos de reclusão, **afasto a vetorial da personalidade e mantenho os demais aspectos da dosimetria da pena realizada pelas instâncias antecedentes (nem sequer impugnadas), razão pela qual o *quantum* da pena fica estabelecido no patamar de 10 (dez) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão.** Isso porque para cada vetorial sopesada negativamente atribui-se, no caso, 16 (dezesseis) meses de reclusão.

Aplica-se, quanto ao tema do recurso, o disposto no Enunciado n.º 568 desta Corte, do seguinte teor: "[o] relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, CONHEÇO DO AGRAVO para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de afastar o vetor da personalidade do agente, mantendo os demais aspectos da dosimetria realizada pelas instâncias ordinárias e, conseqüentemente, reduzir a pena para 10 (dez) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora